

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS SERTÃO - UNIDADE SANTANA DO IPANEMA – AL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JOSIVAL FERREIRA SANTOS

**EMPREGO FORMAL EM ALAGOAS: UM APANHADO HISTÓRICO SOBRE O
PERÍODO DE 2003 A 2011**

SANTANA DO IPANEMA – AL

2019

JOSIVAL FERREIRA SANTOS

EMPREGO FORMAL EM ALAGOAS: UM APANHADO HISTÓRICO SOBRE O PERÍODO DE 2003 A 2011

Monografia apresentada para aprovação na disciplina de trabalho de conclusão de curso como requisito final de obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus Sertão – Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema.

Orientador: Alcides José de Omena Neto

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Educacional de Santana do Ipanema
Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

S237e Santos, Josival Ferreira

Emprego formal em Alagoas : um apanhado histórico sobre o período de 2003 a 2011 / Josival Ferreira Santos. – 2019.

34 f.

Orientação: Alcides José de Omena Neto.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2019.

Bibliografia: f. 33- 34.

1. Mercado de trabalho. 2. Emprego formal. 3. Alagoas. I. Título.

CDU : 33

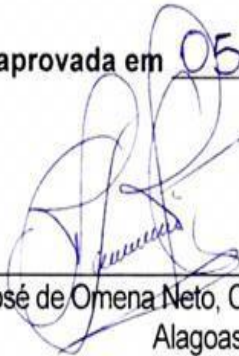
JOSIVAL FERREIRA SANTOS

EMPREGO FORMAL EM ALAGOAS: UM APANHADO HISTÓRICO SOBRE O
PERÍODO DE 2003 A 2011

Monografia apresentada a Banca Examinadora para o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador (a): Professor Mestre Alcides José de Omena Neto

Monografia defendida e aprovada em 05/09/2019




Professor Mestre Alcides José de Omena Neto, Campus Sertão – Universidade Federal de Alagoas
(Orientador)

Banca Examinadora:



Professor Doutor Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa, Campus Sertão – Universidade Federal de Alagoas
(Examinador 1)



Professor Mestre Gileno Costa Pereira, Campus Sertão – Universidade Federal de Alagoas
(Examinador 2)

Dedico primeiramente a Deus, aos meus pais, em especial minha mãe “In memoriam”, minha esposa e meus filhos que sempre me incentivaram, e que são o motivo da realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, autor de minha vida, que com sua infinita graça me conduziu desde o primeiro dia dessa longa jornada, até aqui me dando sabedoria, inteligência e força para não desistir.

Aos meus pais, Sueli Ferreira “In memoriam” e Josival Alves, por todo amor, por me educarem muito bem, pela determinação e luta na minha formação e na dos meus irmãos e terem sonhado junto comigo por esta conquista.

Ao meu outro pai, Francisco Wanderley, que aprendi a amar incondicionalmente, por está do meu lado nos momentos mais difíceis e me ajudar a enfrentar todos os obstáculos de cabeça erguida.

A minha irmã Swelly, que sempre esteve comigo, por cada oração, cada palavra de incentivo, a minha irmã Vanessa, por acreditar em mim e me apoiar nos momentos mais difíceis, bem como meus irmãos que sempre torceram pelo meu sucesso pessoal e profissional.

A minha esposa Cesánnne e meus filhos Bárbara, Laura Vitória, Arthur Henrique e Álvaro Henrique que está chegando nestes próximos dias, que são o maior presente que Deus poderia ter me dado nesta vida. Por toda felicidade, carinho, compreensão, apoio, incentivo, dedicação encontrada na minha querida família que sempre farão parte de cada vitória.

Ao professor Alcides, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia por abraçar minha causa e me dar todo o aparato possível e necessário para a conclusão do mesmo.

Ao professor Luciano pelo apoio, compreensão e amizade.

A Andréa Brandão sempre solícita, por sua dedicação, encorajamento e imensa paciência comigo pelo apoio e colaboração.

A todo o corpo docente da unidade de ensino, pelos ensinamentos que muito me ajudaram em minha formação profissional.

Por fim, agradeço a todos que de forma direta ou indireta participaram da minha formação acadêmica.

“Para o triunfo do mal, basta que os bons não façam nada”.

Edmund Burke

RESUMO

O presente estudo identifica as mudanças históricas ocorridas no cenário das relações de trabalho no Brasil, com destaque para o emprego formal no estado de Alagoas. Os principais elementos econômicos e sociais que pressionam o mercado de trabalho atual com a finalidade de compreender quais foram as principais mudanças ocorridas nas relações de trabalho no decorrer da história alagoana. É realizado um apanhado histórico para contextualizar a evolução de todos os ramos de atividade e as relações de trabalho assalariado no período que compreende os anos de 2003 a 2011, período este governado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi utilizada a metodologia quantitativa, com dados coletados de livros, artigos, e complementadas com alguns dados estatísticos disponíveis no sistema de dados do IBGE e embasado no CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Pode se afirmar que após o período do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tivemos um aumento significativo nos empregos com carteira assinada e uma queda nos empregos autônomos.

Palavras-chave: Emprego formal; Mercado de Trabalho; Alagoas.

ABSTRACT

The present study identifies the historical changes that occurred in the labor relations scenario in Brazil, with emphasis on formal employment in the state of Alagoas. The main economic and social elements that put pressure on the current labor market in order to understand what were the main changes in labor relations during the history of Alagoas. A historical overview is made to contextualize the evolution of all branches of activity and wage labor relations in the period from 2003 to 2011, a period governed by the then President Luiz Inácio Lula da Silva, The quantitative methodology was used, with data collected from books, articles, and complemented with some statistical data available in the IBGE data system and based on CAGED (General Register of Employed and Unemployed). It can be said that after the period of then President Luiz Inácio Lula da Silva we had a significant increase in jobs with a formal contract and a fall in self-employment.

Keywords: Formal employment; Labor Market; Alagoas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Brasil - Evolução do saldo de emprego por nível geográfico nos meses de maio de 2003 a 2011.....	23
Figura 02 – Brasil - Evolução do saldo de emprego por setor de atividade econômica nos anos de 2002 a 2009.....	25
Figura 03 – Brasil - Evolução mensal do saldo de emprego por setor de atividade econômica nos meses de maio de 2003 a 2011.....	27
Figura 04 – Evolução do emprego formal em Alagoas entre 2003 e 2011.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Brasil - Evolução do saldo de emprego por setor de atividade econômica nos anos de 2002 a 2009.....	24
Tabela 02 – Brasil - Evolução mensal do saldo de emprego por setor de atividade econômica nos meses de maio de 2003 a 2011.....	26
Tabela 03 – Municípios que tiveram maior saldo de emprego.....	28
Tabela 04 – Municípios que tiveram menor saldo de empregos.....	29
Tabela 05 – Evolução do emprego formal em municípios com mais de 30.000,00 habitantes do Estado de Alagoas.....	30
Tabela 06 – Posição no Ranking por cidade.....	31

LISTA DE SIGLAS E DE ABREVIATURAS

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FDC: Fundação Dom Cabral.
PIB: Produto Interno Bruto.
IBC: Instituto Brasileiro de Coaching.
PIA: População em Idade Ativa.
PEA: População Economicamente Ativa.
PNEA: População Não Economicamente Ativa.
RAIS: Relação Anual de Informações Sociais.
OIT: Organização Internacional do Trabalho.
PME: Pesquisa Mensal de Emprego.
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
RMS: Regiões Metropolitanas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 OBJETIVOS.....	15
1.1.1 OBJETIVO GERAL.....	15
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
2. PRINCIPAIS CONCEITOS DE FORMALIDADE.....	16
2.1 O SURGIMENTO DA EXPRESSÃO: TRABALHO FORMAL.....	16
3. A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E O MERCADO DE TRABALHO.....	18
3.1 MERCADO FORMAL DE TRABALHO.....	20
3.2 CAPITAL HUMANO E SEGMENTAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	20
3.3 POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA).....	20
3.4 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA).....	21
3.5 POPULAÇÃO NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PNEA).....	21
4. FORMALIDADE NO GOVERNO LULA A NÍVEL BRASIL (2003/2011).....	21
4.1 ATUAL SITUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL.....	27
5. A FORMALIDADE NA REGIÃO NORDESTE COM ÊNFASE NO ESTADO DE ALAGOAS E SUAS PRINCIPAIS CIDADES.....	28
5.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 30.000,00 HABITANTES DO ESTADO DE ALAGOAS.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema “mercado formal”, deu-se pelo ato de ser um assunto bem discutido hoje em dia, apesar dos anos citados retrocederem as datas atuais. As taxas de desemprego assolam o país e percebe-se facilmente a importância da ocupação informal no mercado, como meio de sobrevivência, onde muitas vezes se torna definitiva entrando assim na formalidade e saindo das estatísticas de desemprego.

No período de 2003 a 2011 ocorreram inúmeras mudanças na economia, com os desdobramentos políticos gerais e as tomadas de decisões de investimentos de capital privado em adaptação às novas formas de inserção na economia, podemos observar considerável oscilação, segundo os dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), principalmente entre os anos de 2003 até 2008, retomando o crescimento contínuo somente em 2009.

Ainda assim, embora estando ao lado das ocupações informais de trabalho, o mercado formal no período citado pareceu fluir conforme as oscilações das atividades econômicas no país e no estado de Alagoas. Variações de renda, desemprego e perspectivas de investimento em seu próprio negócio são fatores bastante relevantes para esse comportamento.

O presente trabalho visa conceituar e evidenciar o mercado formal, percorrendo sobre os níveis de emprego e renda, bem como examinar se as mudanças, da ocupação formal, estão relacionadas com a atividade econômica e o cenário político.

Pretende-se assim, realizar uma análise de dados da formalidade, destacando se o emprego formal realmente configura fator dominante, ou a opção, por trabalhar por conta própria e não para terceiros almejou uma maior autonomia, visando assim uma renda maior.

Para a consecução dos objetivos acima propostos, este Trabalho, além desta introdução e das considerações finais, encontra-se organizado em mais quatro capítulos: O capítulo 2, que é destinado a conceituação da formalidade; o capítulo 3, que é destinado a relação entre o capital humano e o mercado de trabalho ; o capítulo 4, que trata sobre a formalidade no governo Lula a nível Brasil e o capítulo 5, que é destinado a formalidade na região nordeste com ênfase no estado de Alagoas e suas principais cidades.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a evolução do emprego formal no país, com ênfase no estado de Alagoas no período de 2003 a 2011, com embasamento nos dados do CAGED, período este que foi governado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

1.1.2 Objetivos específicos

Para se atingir o objetivo geral do presente estudo, foi necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos:

- a) Analise dos anos entre 2003 a 2011 do emprego formal;
- b) Buscar experiências em autores a fim de apresentar as especificidades trabalhistas no estado;
- c) Analisar com os dados do CAGED os diversos ramos de atividades de emprego formal no estado.

1.1.3 Justificativa

Alagoas possui características fortes na formatação de seu emprego formal, o estado ainda é totalmente dependente do setor sucroalcooleiro, onde este por sua vez detém grande parte da sua mão-de-obra.

Com a capacitação dessa mão-de-obra, cada vez mais essa dependência tem diminuído e diversificado em vários outros ramos de atividade que proporcionam condições melhores de trabalho e salários mais atrativos.

Embasado no CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)¹ buscamos mostrar a possível evolução de todos os ramos de atividade com trabalho formal no estado de Alagoas, para que o profissional possa se capacitar em áreas que ofereçam melhores níveis salariais e condições de trabalho saudáveis. Em outra perspectiva apresenta aos empresários os campos onde possui uma maior concentração de profissionais.

¹ Instituído pela Lei nº4.923, de 23 de dezembro de 1965, o CAGED é o dispositivo legal utilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para acompanhar a situação da mão de obra formal no Brasil.

Para Takahashi (2000, p. 21), o mercado de trabalho exige “cada vez mais dos trabalhadores contínua atualização e desenvolvimento de habilidades e competências, de modo a atender aos novos requisitos técnico-econômicos [...]”.

Para o autor, não basta apenas está inserido no mercado de trabalho, mas é de suma importância se manter atualizado e melhorando suas habilidades e seu conhecimento, para as futuras oportunidades que o mercado altamente globalizado pode oferecer.

Segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 43),

“a pesquisa é tida como um procedimento formal aliada ao método de pensamento reflexivo, que por sua vez, exige um tratamento científico e vai trilhando o caminho para se descobrir a realidade ou para conhecer verdades parciais”.

Em outras palavras, é muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar as respostas para questões levantadas, utilizando métodos científicos.

De forma quanti-qualitativa, o trabalho em questão pretende apresentar as vertentes históricas do emprego formal e as distintas variáveis que ocasionam uma baixa oscilação no mercado de trabalho alagoano. Abaixo segue todo o apanhado histórico e posteriormente o breve relato de como está nossa atual conjuntura.

2. PRINCIPAIS CONCEITOS DE FORMALIDADE

2.1 O Surgimento da Expressão: Trabalho Formal

Mercado formal é o qual as pessoas procuram empregos que sigam a norma, como respeitar os direitos do trabalhador e assinar carteira, além de um bom salário, é também exercido com carteira assinada, de acordo com a legislação trabalhista vigente, portanto, assegurado ao trabalhador todos os direitos a que faz jus (contribuição à seguridade social, retenção de imposto de renda - quando houver base de incidência - sobre o salário, depósitos ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); horas extras - quando prestadas - com os acréscimos legais, abono de férias e etc.). (Economia do Trabalho).

O tema economia formal vem sendo bastante discutido e possui um destaque expressivo na mídia e na literatura especializada. Essa denominação, entretanto, pode representar fenômenos muito distintos, como por exemplo,

surgimento de micro e macro empresas, trabalho a domicilio, trabalho por tempo determinado, etc.

Segundo o CAGED, entre novembro de 2003 e novembro de 2011 somente nos anos de 2003, 2007 e 2008 não apresentamos evolução do emprego formal em se tratando de alagoas. (CAGED, 2013). Essa compreensão díspar, contudo, representa um denominador comum no imaginário e na comunicação entre as pessoas: são atividades, trabalhos e rendas realizadas considerando regras expressas em lei ou em procedimentos. Assim, as recorrentes menções a este tema no momento presente refletem as mudanças que as organizações, os indivíduos e o coletivo social vem se submetendo para tal crescimento, com as regras legais vigentes ou os procedimentos padrão, as estruturas econômicas, políticas e sociais em andamento. Dessa maneira as diferentes situações criadas pela economia formal, respondem as demandas legítimas e se encaminham possíveis soluções na nova ordem econômica e social.

A Organização Formal é pautada pela lógica e racionalidade e engloba fatores bastante importantes dentro da empresa. Desde o código de ética, passando pelas normas e condutas da empresa até os cargos e salários.

Vale destacar que é através da Organização Formal que a empresa define seus valores, sua missão e sua visão. E é aqui que esta organização mostra sua potencialidade para além dos documentos, hierarquia e pagamentos. Ela tem influência positiva e direta nos comportamentos, atitudes e relações dentro da empresa. Ou seja, ela tem influência direta na construção da cultura organizacional das empresas.

A cultura organizacional é pautada e construída com base na missão, visão e valores das empresas. E é com base nestes fatores tão importantes que as relações sociais no ambiente de trabalho se darão. Além disso, são eles – missão, visão e valores – que faz com que o negócio tome forma e se estabeleça no mercado. Assim, a percepção de formalidade pode ser apreendida a através de duas teorias em virtudes de propósitos diferentes e podem levar a objetos múltiplos de estudo, entre as quais podemos destacar a estrutura produtiva na qual o setor formal representa um conjunto de firmas, com o objetivo de regar emprego e renda.

No Brasil, as empresas de pequeno e médio porte, em sua maioria, são organizações familiares, que ao longo dos anos e com o crescimento do negócio,

acaba criando-se uma verdadeira confusão entre as relações profissionais e familiares, dando origem assim aos conflitos, que, quase sempre, terminam com a falência da empresa. Segundo a revista, existe uma diferença entre “empresa familiar” e “família empresária”. A revista afirma que no primeiro caso, é comum que as pessoas vinculadas no ambiente organizacional confundam laços de parentesco familiar, empresa e patrimônio e que por sua vez, acaba gerando decisões passionais levadas pelo sentimento de emoção. Enquanto que famílias empresárias possuem em seu núcleo os mesmos membros de uma empresa familiar, porém as tomadas de decisões bem como as estratégias organizacionais são feitas com racionalidade e profissionalismo. É notório que a grande maioria das empresas existentes no país hoje são organizações familiares, é o que mostra a pesquisa de Empresas Familiares no Brasil (2016), cerca de 80% das 19 milhões existentes. De acordo com Leite (2002), as empresas familiares compõem um tipo específico de organização, pois os membros da família passam a interagir em graus e funções administrativas voltadas para o mundo dos negócios. No Brasil, um estudo divulgado pela Fundação Dom Cabral – FDC em 2015 mostra que 60% dos empregos formais existentes são ofertados por empresas familiares. O mesmo estudo ainda relata que 62% do PIB nacional provêm dessas organizações. O Brasil é destaque e referência nesse cenário empresarial.

Isto, entretanto, não pode vir a obscurecer o ato de que parcela expressiva dos trabalhadores mais pobres, em praticamente todos os países do globo, inserem-se numa plêiade de situações que podem ser representadas por meio de diferentes inserções no setor informal.

3. A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E O MERCADO DE TRABALHO

A partir da segunda metade do século passado, por volta da década de 60, a Teoria do Capital Humano apresentada por Schultz (1971), passava a ser discutida na educação, apontando o conhecimento como forma de capital e a decisão de investimentos em educação como fator que explica o crescimento econômico, a capacitação do trabalhador passa a ser uma decisão individual ou das partes interessadas em melhorar o seu desenvolvimento e aumentar a produtividade assim como maiores salários, a exemplo de países como o Japão,

devastados após a Segunda Guerra Mundial, foram capazes de se reerguer e com ele suas economias consolidadas em um curto período de tempo.

O autor cita alguns países que alcançaram um grande crescimento econômico com alguns pressupostos como: a educação escolar que é colocada como uma das principais ferramentas para a manutenção do poder do capital.

Schultz expressa que “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto a disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar” (SCHULTZ, 1971, p.33).

Dessa forma podemos dizer que o Capital Humano, quando investido de forma correta, se torna um dos principais atores para o crescimento econômico do país. A partir de então, diversos pesquisadores passam a mostrar a importância do capital humano para o crescimento econômico, e qual sua relação com a educação e renda. Permanece evidente a demonstração na importância do investimento no capital humano para o progresso econômico. Tal ação culmina em ganhos produtivos para os trabalhadores de forma econômica e social.

Para Frigotto (1993)

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social. (FRIGOTTO, 1993, p.41).

Desta forma o autor nos apresenta de forma clara que o meio mais rápido para a diminuição da desigualdade social é através do capital humano. Com isso são relacionados o aumento da renda e colocado a questão da desigualdade social como responsabilidade individual. Pois os indivíduos que empregam maior esforço e capacitação devem assumir os cargos de maior relevância e ter uma situação melhor economicamente.

Frigotto (1993) vai mais além ao dizer que: “a escola é uma instituição social que mediante suas praticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros” (p.44). Sendo assim por muitas vezes a Teoria do Capital Humano, coloca-se de forma que vem a mascarar a realidade, pois, coloca o investimento educacional como um fator predominante para que uma pessoa possa se

desenvolver financeiramente e com isso levar seu país ao crescimento. Não que isso seja ruim, o investimento na educação, e que realmente não promova uma certa mobilidade social, mas o que queremos ressaltar é que a educação não pode ser colocada como a função que vai sanar todos os problemas da sociedade quando os verdadeiros problemas que causam a desigualdade são deixados de lado.

Frigotto (1993) observa que:

Aspectos ligados a atitudes, valores, resultado do processo de socialização que se efetiva na escola são mais importantes para a produtividade das pessoas na organização enquanto forneçam hábitos de funcionalidade, respeito à hierarquia, disciplina etc. (p.46).

3.1 Mercado Formal de Trabalho

É aquele em que o trabalho exerce com carteira assinada, de acordo com a legislação trabalhista vigente, com ocupação remunerada ou não remunerada, (trabalhadores privados) ou segundo um estatuto (trabalhadores de instituições públicas).

3.2 Capital Humano e segmentação no mercado de trabalho

O mercado de trabalho brasileiro tem sido foco intenso de debate, seja por sua recuperação entre os anos 2003 à 2011 com substancial queda do desemprego e aumento dos rendimentos do trabalho ou pela constatação de que sua reestruturação é ponto vital para a redução das desigualdades sociais.

A teoria da segmentação no mercado de trabalho estabelece que existissem dois mercados paralelos. Um deles chamado de primário apresenta alta produtividade, empregos estáveis, altos salários (em comparação ao outro segmento do mercado de trabalho), oferecimento de capacitação de mão de obra por parte do empregador, organização sindical, alto custo de rotatividade e, principalmente, elevado processo tecnológico. Já o mercado denominado secundário, apresenta basicamente o oposto, salários relativamente mais baixos, raros ou nenhum treinamento, ínfima organização sindical ou nenhuma e uma nevrálgica baixa intensidade tecnológica. (LIMA.1980).

3.3 População em Idade Ativa (PIA)

Indivíduos com idade de 10 ou mais, que durante todos os 12 meses antes do censo ou parte dele, estiveram exercendo trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos e mercadorias, incluindo as licenciadas, com remuneração por doença ou bolsa de estudo, e as que trabalharam habitualmente sem remuneração por 15 horas ou mais durante a semana numa atividade econômica ajudando a pessoa com quem residia ou através de caridade, beneficente ou por cooperativismo ou, ainda como aprendiz, estagiárias etc. Também são consideradas nessa condição pessoal com idade de 10 ou mais que não trabalharam nos 12 meses anteriores à data de referencia do censo, mas que nos último 2 meses em relação a essa data tomaram alguma providencia para encontrar trabalho. (IBGE).

3.4 População Economicamente Ativa (PEA)

População economicamente ativa correspondente ao contingente da população de 10 anos ou mais de idade que tinha (pessoas ocupadas) ou estavam procurando trabalho (desocupadas) na semana de referencia da pesquisa. Como ocupadas, caracteriza-se aquelas pessoas que na semana de referencia tinham trabalho, incluindo-se também aquelas que não estão trabalhando no trabalho remunerado pelo motivo licença, greve, etc. Como desocupadas caracterizam-se aquelas que tomaram uma providencia efetivo de procura de trabalho na semana de referencia da pesquisa. (IBGE).

3.5 População Não Economicamente Ativa (PNEA)

Definem-se como não economicamente ativas aquelas que na semana de referencia não foram classificadas como ocupadas nesse período. (IBGE).

4. FORMALIDADE NO GOVERNO LULA A NÍVEL BRASIL (2003/2011)

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2003 a 2010 foram criados mais de 15,384 milhões de postos de trabalho. Nesse período, PIB cresceu em média 4% ao ano (Ministério da Economia).

Uma afirmação recorrente nos anos 1990 e parte dos 2000 era de que o emprego formal, com carteira assinada, estava em extinção, diante das transformações do mercado de trabalho. Outra corrente de analistas sustentava

que a criação de vagas não era uma questão de custo de contratação, mas de crescimento da atividade econômica. No final do governo FHC, esboçou-se até uma “reforma” trabalhista, com o mesmo argumento de agora: era preciso flexibilizar para que houvesse alta do emprego.

Quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da república em 2003, Com a taxa de desemprego em 11,2%, o estoque de vagas formais era de 28,7 milhões, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho. Em seu último mês de mandato, dezembro de 2010, o estoque era de 44,1 milhões. Nestes oito anos, conseguiu derrubar essa triste realidade pela metade gerando o saldo em exatos 15.384.442 postos de trabalho com carteira assinada no país.

O mesmo conseguiu realizar o sonho do pleno emprego, onde quem procura emprego acha e onde as empresas tem dificuldade de contratar profissionais em certas áreas, evidenciado pelo menor índice da história do país em 5,7%.

Em tempo recorde o Brasil conseguiu um feito inédito, foi levado para níveis europeus e dos EUA, conseguimos chegar ao pleno emprego, em capitais como São Paulo o tempo de recolocação no mercado caiu de 12 meses para 08 meses e o desemprego no país se tornou algo completamente controlado, pois quem queria trabalhar conseguia emprego.

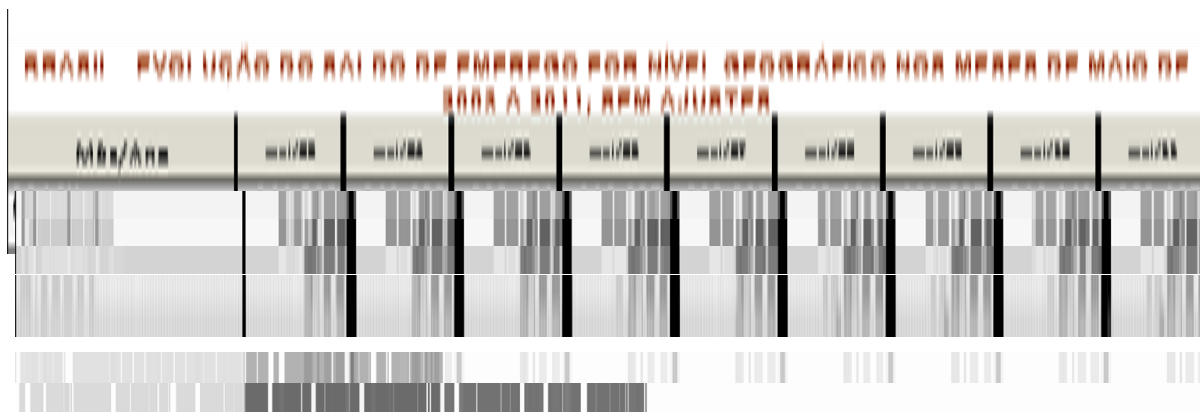
No período anterior, os oito anos de Fernando Henrique, também houve aumento do emprego, de acordo com a (RAIS), mas em ritmo menor: de 23,7 milhões, em 1995, para 28,7 milhões em 2002. Aproximadamente 5 milhões. O crescimento médio do PIB foi de 2,3% ao ano.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), também do Ministério do Trabalho, mostram resultados semelhantes. De 1995 a 2002, a diferença entre empregos formais criados e fechados foi de 800 mil. Já de 2003 a 2010, na gestão Lula, o saldo foi de 11,3 milhões.

O emprego continuou crescendo no primeiro governo Dilma (2011-2014), que registrou saldo de 4,8 milhões. Começou a cair a partir de 2015. Ainda assim, uma comparação entre 2002 e 2015 mostra que o estoque de vagas formais, segundo o (CAGED), passou de 22,8 milhões para 39,7 milhões, sempre no mês de dezembro. Em dois anos, a maior parte sob Temer, o estoque caiu em quase 2

milhões: em dezembro do ano passado, era de 37,9 milhões. Apenas em 2017, o emprego formal ficou estável.

Figura 01 – Brasil - Evolução do saldo de emprego por nível geográfico nos meses de maio de 2003 a 2011



O número de empregos sustentáveis formais existentes passou de 2,29 milhões no País em 2006 para 2,90 milhões em 2010. De acordo com a Organização Interacional do Trabalho (OIT), o total de empregos verdes em 2006 representava 6,5% do total de empregos no País e, em 2010, chegou a 6,6% do total de vínculos empregatícios. A OIT entende como empregos verdes as atividades econômicas que contribuem para a redução das emissões de carbono ou para a conservação da qualidade ambiental.

Entre 2006 e 2010, os empregos verdes cresceram 26,7% no País. No Centro-Oeste e no Norte, a expansão superou a média nacional e ficou em 43,7% e 40,1%, respectivamente. Em números, o Sudeste respondia por 56,8% dos empregos verdes criados no Brasil, em 2010. O Estado de São Paulo, sozinho, respondia por 30,2% do total de empregos verdes no País. Na sequência da análise por regiões, ficaram o Nordeste (16,4%) e o Sul (14,4%).

Tabela 01 – Brasil - Evolução do saldo de emprego por setor de atividade econômica nos anos de 2002 a 2009

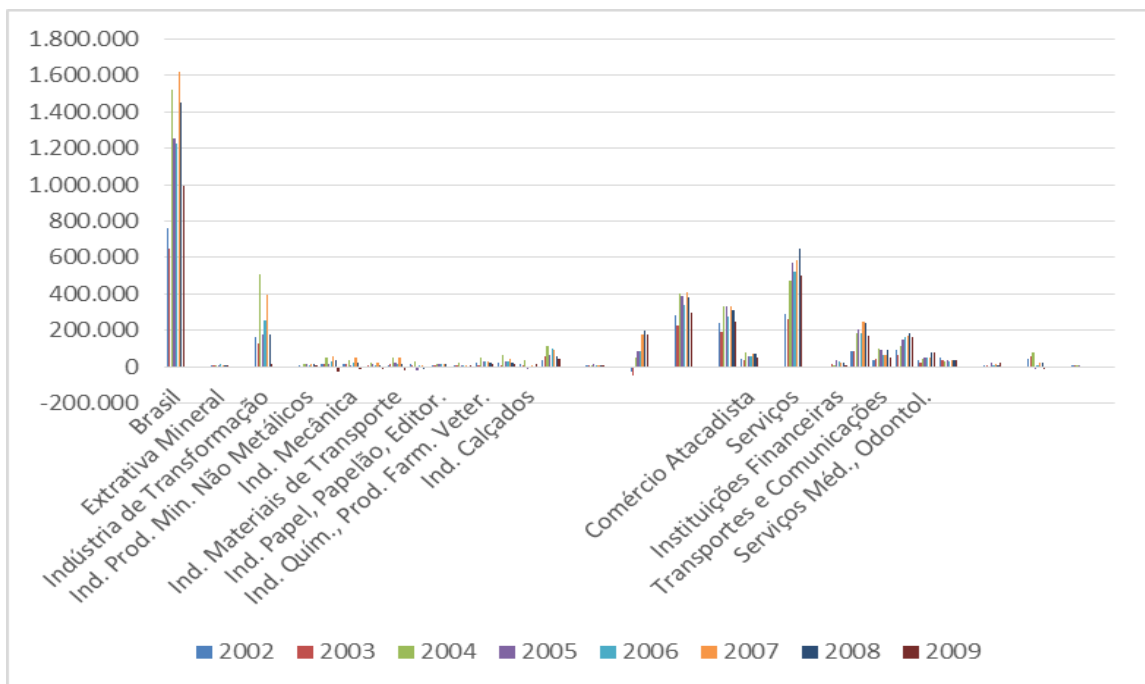
BRASIL - EVOLUÇÃO DO SALDO DE EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA NOS ANOS DE 2002 A 2009								
Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	764.021	648.858	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.452.204	995.111
Extrativa Mineral	5.586	6.534	10.337	9530	12.052	9.762	8.671	2.036
Indústria de Transformação	161.191	127.618	504.610	177548	250.239	394.584	178.675	10.865
Ind. Prod. Min. Não Metálicos	9.111	-4.377	14.884	12356	10.283	13.584	13.170	4.484
Ind. Metalúrgica	14.022	16.534	52.726	16152	30.994	58.113	31.879	-27.162
Ind. Mecânica	12.892	12.997	33.240	9068	20.573	47.995	23.515	-13.885
Ind. Materiais Elétricos e Comunicações	-3.487	2.836	24.398	14256	5.632	20.584	9.011	-11.331
Ind. Materiais de Transporte	6.855	11.982	47.345	19427	10.905	49.631	14.880	-17.538
Ind. Madeira e Mobiliários	17.349	4.628	30.227	-20448	1.884	5.705	-12.857	-4.745
Ind. Papel, Papelão, Editor.	2.723	3.331	15.126	11863	10.883	11.805	11.882	-513
Ind. Borracha, Fumo, Couros	10.667	5.117	23.457	8955	8.170	8.287	-2.899	9
Ind. Quím., Prod. Farm. Veter.	18.558	9.548	46.430	26349	26.139	30.491	19.459	15.112
Ind. Têxtil, Vestuário	22.540	1.400	65.625	28888	28.165	44.555	22.009	11.844
Ind. Calçados	13.127	9.161	37.082	-15720	-401	9.177	-8.703	13.387
Ind. Prod. Aliment. Bebidas	36.834	54.461	114.070	66402	97.012	94.657	57.529	41.203
Serviços Industriais de Utilidade Pública	4.954	3.120	4.566	13533	7.369	7.752	7.965	4.984
Construção Civil	-29.972	-47.744	50.763	85053	85.796	176.755	197.868	177.185
Comércio	283.354	225.063	403.940	389815	336.794	405.091	382.218	297.157
Comércio Varejista	241.255	191.588	328.902	331285	277.561	333.703	311.039	249.439
Comércio Atacadista	42.099	33.475	75.038	58530	59.233	71.388	71.179	47.718
Serviços	287.112	262.059	470.123	569705	521.609	587.103	648.259	500.177
Instituições Financeiras	-41	13.132	7.865	33607	26.707	21.957	22.081	3.483
Com. Adm. Imóv. Serv. Téc-prof.	82.319	87.212	182.087	207085	186.122	249.320	237.829	166.957
Transportes e Comunicações	37.476	40.939	99.134	94024	61.968	62.127	89.464	50.943
Serv. Aloj. Alim. Rep. Manut.	88.865	62.614	111.264	148309	164.673	170.284	184.011	162.053
Serviços Méd., Odontol.	32.088	22.090	39.375	48841	52.395	50.531	77.619	78.858
Ensino	46.405	36.072	30.398	37839	29.744	32.884	37.255	37.883
Administração Pública	10.205	9.851	-382	21599	8.253	15.252	10.316	18.075
Agricultura	40.053	58.350	79.274	-12878	6.574	21.093	18.232	-15.368
{ñ class}	1.538	4.007	45	76	0	0	0	0

Fonte: ME/SEPT/STRAB/SPPRT/CGCIPE - CAGED Lei 4.923/65

* A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior, sem ajustes.

** Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques com ajustes do mês atual e do mesmo mês do ano anterior.

Figura 02 – Brasil - Evolução do saldo de emprego por setor de atividade econômica nos anos de 2002 a 2009



Fonte: CAGED

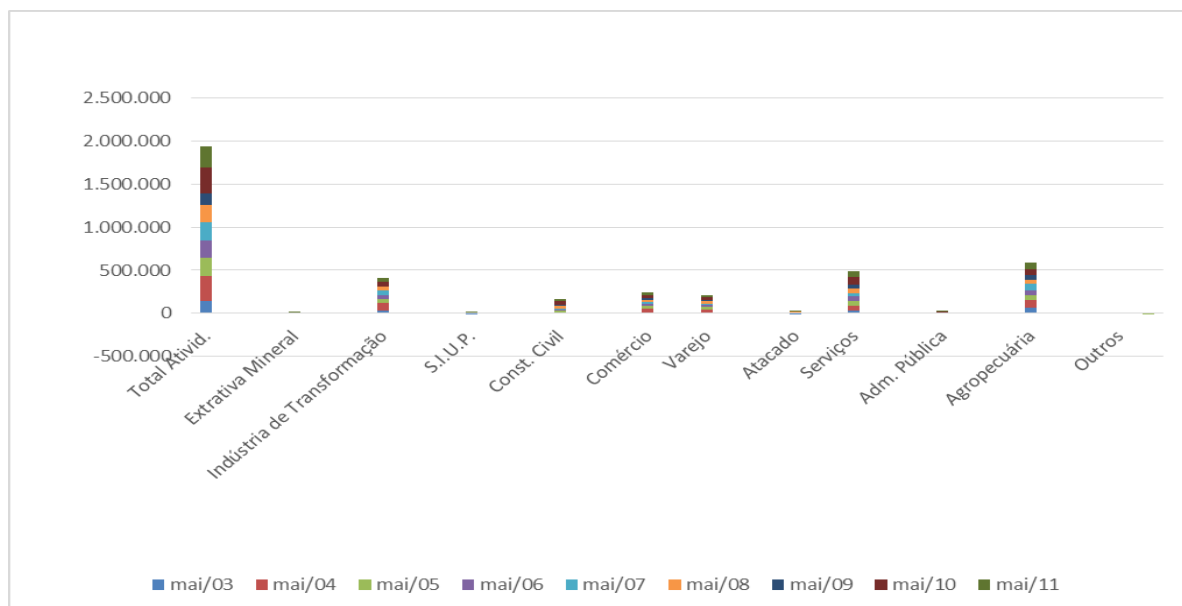
Tabela 02 – Brasil - Evolução mensal do saldo de emprego por setor de atividade econômica nos meses de maio de 2003 a 2011

BRASIL - EVOLUÇÃO MENSAL DO SALDO DE EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA NOS MESES DE MAIO DE 2003 A 2011, SEM AJUSTES									
Mês/ Ano	mai/03	mai/04	mai/05	mai/06	mai/07	mai/08	mai/09	mai/10	mai/11
Total Ativid.	140.313	291.822	212.450	198.837	212.217	202.984	131.557	298.041	252.067
	0,51	1,03	0,71	0,64	0,65	0,59	0,38	0,81	0,65
Extrativa Mineral	1.141	1.635	1.257	1.003	1.216	1.864	171	1.959	1.634
	0,96	1,28	0,91	0,68	0,76	1,09	0,10	1,08	0,82
Indústria de Transformação	29.620	89.527	45.938	48.764	57.486	36.701	700	62.220	42.301
	0,49	1,43	0,68	0,71	0,80	0,48	0,01	0,79	0,51
S.I.U.P.	-452	762	619	2.303	258	708	266	958	1.381
	-0,13	0,22	0,17	0,62	0,07	0,18	0,07	0,24	0,33
Const. Civil	398	14.664	12.287	16.282	13.732	28.670	17.407	39.082	28.922
	0,02	0,76	0,63	0,79	0,63	1,19	0,69	1,39	0,96
Comércio	15.177	39.886	33.883	21.080	17.257	29.921	14.606	43.465	25.309
	0,27	0,68	0,54	0,32	0,25	0,41	0,19	0,54	0,30
Varejo	15.207	32.905	30.260	19.176	16.264	25.422	13.820	38.573	21.143
	0,33	0,67	0,58	0,35	0,28	0,41	0,22	0,57	0,30
Atacado	-30	6.981	3.623	1.904	993	4.499	786	4.892	4.166
	0,00	0,73	0,35	0,17	0,09	0,37	0,06	0,36	0,29
Serviços	29.974	56.126	57.679	52.335	39.590	55.361	44.029	86.104	71.246
	0,27	0,49	0,48	0,42	0,30	0,40	0,31	0,58	0,45
Adm. Pública	1.225	2.358	2.035	1.993	2.338	2.652	1.451	2.006	1.690
	0,16	0,30	0,26	0,25	0,29	0,32	0,17	0,24	0,20
Agropecuária	62.872	86.859	58.744	55.077	80.340	47.107	52.927	62.247	79.584
	4,10	5,54	3,57	3,33	4,78	2,77	3,21	3,73	4,81
Outros	358	5	8	0	0	0	0	0	0
	-74,43	-4,50	-14,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: MTb/SPPE/DER/CGCIPE - CAGED Lei 4.923/65

* A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior.

Figura 03 – Brasil - Evolução mensal do saldo de emprego por setor de atividade econômica nos meses de maio de 2003 a 2011



Fonte: CAGED

4.1 Atual Situação do Emprego Formal no Brasil

Gomes e Gottschalk (2002, p.1-2) levam em consideração que a origem histórica do Direito do Trabalho está atrelada ao fato da Revolução Industrial, que se iniciou com a formação de uma consciência de classe na sofrida massa de trabalhadores por ela criada, e que, depois veio a se tornar o surgimento do movimento operário. Segundo esses autores, “o impulso inicial dado ao surgimento do Direito do Trabalho foi obra do próprio operário, e não benevolência de filantropos, da classe patronal ou do Estado”.

Passamos por um momento de recessão no país com seu percentual de desemprego atingindo a marca de 12,4% até fevereiro de 2019, marca acima da apresentada no trimestre anterior que era de 11,6%, informou o IBGE. Salientando apenas que historicamente falando o primeiro trimestre do ano costuma apresentar alta na taxa do desemprego.

O período atual apresenta 892 mil novos desempregados é como se praticamente toda a população de Maceió que é de 932 mil, segundo o último senso do IBGE 2010, estivesse desempregada. No total cerca de 13,1 milhões de trabalhadores estão nessa mesma situação no país.

Apresentando os principais resultados temos na atividade privada grande queda apresentada principalmente na indústria e na construção, setores esses

que costumam se recuperar lentamente, mas que dessa vês está surpreendendo até mesmo os mais pessimistas.

A retomada econômica do país, atua diretamente para que o mercado de trabalho também reaja muito lentamente e caso esse cenário se prolongue se torna preocupante devido a retomada da economia que deve ocorrer devido ao consumo das famílias.

5. A FORMALIDADE NA REGIÃO NORDESTE COM ÊNFASE NO ESTADO DE ALAGOAS E SUAS PRINCIPAIS CIDADES.

Assim que o governo Lula assumiu o poder em janeiro de 2003, houve um ortodoxo e surpreendente ajuste da economia para corrigir todos os desequilíbrios causados por sua eleição em 2002. Ninguém tinha confiança em nada, pois o futuro governo não apenas era uma incógnita, como também iria assumir em meio a uma situação econômica muito delicada. Mas então o governo Lula surpreendeu a maior parte do mercado e nomeou uma equipe econômica tida como ortodoxa e conservadora, liderada por um banqueiro de carreira internacional consagrada, Henrique Meirelles, e por um médico que era visto como um entusiasta da ortodoxia econômica, Antônio Palocci. Em 2003, essa equipe econômica fez um ajuste brutal. Para conter a disparada do IPCA, a taxa SELIC foi elevada pra 26,50%. O superávit primário foi de 4,3% do PIB (acima da meta já alta de 4,25%). Nos primeiros 6 meses de 2003, que foi o período em que a SELIC ficou em seu valor mais alto, o consumo doméstico chegou a cair 11% . E o desemprego foi para 13%.

Tabela 03 – Municípios que tiveram maior saldo de emprego

MUNICÍPIOS QUE TIVERAM MAIOR SALDO DE EMPREGOS	
CIDADES	NOVAS VAGAS
Maceió	209
Campo Alegre	189
Arapiraca	41

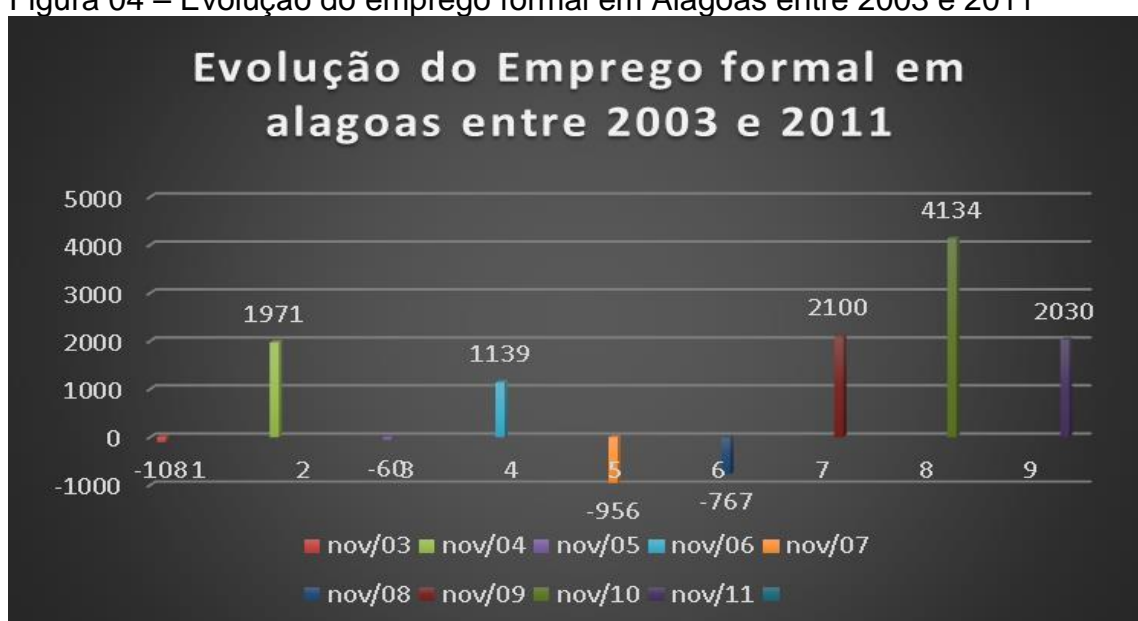
Fonte: Autor, 2019.

Tabela 04 – Municípios que tiveram menor saldo de empregos

MUNICÍPIOS QUE TIVERAM MENOR SALDO DE EMPREGOS	
CIDADES	VAGAS FECHADAS
Atalaia	117
Rio Largo	104
São Miguel dos Campos	95

Fonte: Autor, 2019.

Figura 04 – Evolução do emprego formal em Alagoas entre 2003 e 2011



5.1 Evolução do Emprego Formal em Municípios com mais de 30.000,00 Habitantes do Estado de Alagoas.

Tabela 05 – Evolução do emprego formal em municípios com mais de 30.000,00 habitantes do Estado de Alagoas

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 30.000,00 HABITANTES DO ESTADO DE ALAGOAS				
ANO	Trabalhadores Inscritos para Intermediação	Vagas captadas junto a empregadores	Encaminhamentos para entrevistas	Trabalhadores Colocados mercado de trabalho
SINE - 2003	5.443.121	1.560.502	3.428.546	844.572
SINE - 2004	4.872.769	1.670.751	3.553.823	886.483
SINE - 2005	4.977.550	3.869.769	1.718.736	893.728
SINE - 2006	5.148.720	4.031.713	1.772.282	878.394
SINE - 2007	5.428.622	4.866.693	2.060.917	980.997
SINE - 2008	5.990.907	5.781.814	2.526.628	1.068.114
SINE - 2009	5.894.722	6.019.575	2.538.081	1.018.807
SINE - 2010	5.497.650	3.660.711	7.729.292	1.246.201
SINE - 2011	4.708.101	2.569.720	5.883.262	933.613

Fonte: CAGED.

Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego, do CAGED, apontaram entre 2003 e 2011 a elevação da participação dos trabalhadores à margem da proteção social, configurada no crescimento do assalariamento com carteira assinada e na ocupação dos trabalhadores autônomos, com considerável incremento das taxas de formalização para o período. A evolução positiva dos trabalhadores com

carteira assinada e o decréscimo do trabalho informal caracteriza a elevação dos vínculos empregatícios e a valorização das formas de inserção.

Tabela 06 – Posição no Ranking por cidade

POSICAO NO RANKING	MUNICIPIO	ADM	DESL	SALDO	VAR REL %
1º	MACEIÓ	7001	5634	1367	0,7
2º	ATALAIA	801	26	775	23,25
3º	UNIÃO DOS PALMARES	567	81	486	9,57
4º	CORURIBE	352	95	257	2,17
5º	SANTANA DO IPANEMA	250	35	215	8,84
6º	CAMPO ALEGRE	201	45	156	4,53
7º	TEOTONIO VILELA	154	86	68	1,49
8º	RIO LARGO	478	415	63	0,5
9º	ARAPIRACA	940	906	34	0,12
10º	DELMIRO GOUVEIA	51	41	10	0,41
11º	PILAR	48	50	-2	-0,09
12º	PENEDO	89	105	-16	-0,26
13º	PALMEIRA DOS INDIOS	38	57	-19	-0,47
14º	MARECHAL DEODORO	173	244	-71	-1,01
15º	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	189	442	-253	-2,57

FONTE: CAGED - TEM/SPPE/DES/CGET

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O excelente desempenho da economia regional, diante do considerável crescimento, alavancou-se a partir do movimento de internalização das atividades das empresas, principal característica da adaptação delas aos novos termos da competitividade capitalista. O processo de reestruturação produtiva na RMS teve como fator determinante o ajustamento das empresas à abertura econômica com contenção de custos mediante o crescimento das empresas, com considerável aumento dos postos de trabalho. A crescente ascensão do emprego industrial

ocorreu ao mesmo tempo em que cresce as condições de funcionamento do mercado de trabalho.

O crescimento dos postos de trabalho associados às atividades ligadas ao setor de serviços, onde se destacam frequentemente relações formais de trabalho, denota um aprofundamento da estruturação do mercado de trabalho. Os impactos das novas práticas de gestão sobre a composição da força de trabalho têm provocado, além da melhoria das suas condições, a redução das taxas de desemprego. Esta situação de transformação da estrutura do emprego regional é configurada, portanto, pela inclusão social de parte significativa da população.

Os dados revelaram declínio do número de inativos na RMS, configurado no aumento da taxa de participação da população economicamente ativa. O ajustamento do mercado de trabalho às novas formas de produção em uma conjuntura econômica adversa se deu, no entanto, pelo declínio das taxas de desemprego determinado principalmente pelo emprego do chefe de família. O quadro traçado neste estudo parcial revelou a situação de estabilidade do mercado de trabalho regional, dado não apenas pelo aprofundamento da ascensão instaurada nos anos de 2003 à 2011, mas pela continuidade dos altos índices de ocupação e formalização na região, possibilitada pelo movimento também de reestruturação produtiva.

Enfim, o emprego estrutural, associado ao processo de atualização dos postos de trabalho existentes, constitui, portanto a principal solução encontrada, diante do aprofundamento dos novos padrões de organização e de gestão da mão-de-obra. O processo de adaptação da economia brasileira às novas tecnologias tem se configurado principalmente pela expansão das atividades formais e pela inserção apta e volumosa no mercado de trabalho, através de empregos fixos e crescentes, bem remunerados e com total ou quase totais cobertura social. A base da ação governamental em direção ao mercado formal no Brasil apresentou-se em diferentes etapas ao longo dos anos, nascida de uma perspectiva macro de enfrentamento das sequelas do subdesenvolvimento, passando, em um segundo momento, a componente de uma política social mais global de combate à miséria. Essa ação torna-se, finalmente, componente de uma ação de regulação da miséria e de gestão das desigualdades. Em uma perspectiva mais geral, que ultrapassa mesmo a questão do chamado setor formal, é possível distinguir e interpretar as principais etapas do discurso que

serve de base da ação do Estado contra a pobreza no curso das últimas três décadas.

Alagoas fechou 23.506 postos de trabalho formal no primeiro semestre deste ano de 2019. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e foram divulgados nesta quinta-feira (25.07) pelo Ministério da Economia. Somente no mês de junho, o estado registrou um saldo de -861 vagas. Os setores de serviços (-1.020) e comércio (-201) foram os principais responsáveis pelo índice negativo no mês, No acumulado de janeiro a maio, os piores desempenhos foram nos setores de indústria de transformação (-19.340) e comércio (-2.081).

Assim como o país, Alagoas vem sofrendo com as novas políticas com o atual governo e por se enquadrar com o estado mais pobre da federação na 27ª colocação, de acordo com o IBGE, com índices de IDH de 2010 e PIB de 2017 sofremos e aguardando as aprovações das novas reformas da previdência e tributária, com a perspectiva de após esses percalços nosso estado volte a crescer e apresentar níveis de empregos favoráveis ao nosso povo. Mesmo diante de tantas expectativas não acreditasse que tais reformas sejam capazes de mudar o atual quadro de desemprego que nosso estado sofre, continuamos reféns do setor sucro-alcooleiro e do setor de serviços, com picos sazonais de empregos.

REFERÊNCIAS

BRITO, Daniel. **Brasil cria 173 mil empregos formais em fevereiro; Nordeste tem queda.** Revista eletrônica Metro1. 25 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.metro1.com.br/noticias/economia/70835,brasil-cria-173-mil-empregos-formais-em-fevereiro-nordeste-tem-queda.html>>. Acesso em: maio de 2019.

CAVALLINI, Marta. SILVEIRA, Daniel. **Desemprego é o maior em 7 anos em 13 capitais do país, diz IBGE.** G1.com. 22 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/22/desemprego-cai-em-6-das-27-unidades-da-federacao-no-4o-tri.ghtml>>. Acesso em maio de 2019.

ECONOMIA DO TRABALHO. **Mercado de Trabalho Formal e Informal.** Disponível em: < <https://www.tecnolegis.com/estudo-dirigido/auditor-fiscal-do-trabalho-2009/economia-do-trabalho-mercado-de-trabalho-formal-e-informal.html>> Acesso em: Setembro de 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, Orlando. GOTTSCHALK, Elson. **Curso de Direito do Trabalho**. 2002, p.1-2.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=8220&limit=20> Acesso em: Junho de 2019.

LIMA, Flavia. CAGLIARI, Arthur. **Avanço do desemprego surpreende especialistas**. Folha de São Paulo. São Paulo. 30 de março de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/avanco-do-desemprego-surpreende-especialistas.shtml>>. Acesso em: maio de 2019.

LIMA, R. Mercado de trabalho: **O Capital Humano e a teoria da segmentação**. Pesquisa e planejamento econômico, Rio de Janeiro, v.10, abr. 1980.

MARTELO, Alexandre. **Brasil cria 34,3 mil empregos formais em janeiro, diz Ministério da Economia**. G1.com. 28 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/28/brasil-cria-343-mil-empregos-formais-em-janeiro.ghtml>>. Acesso em: maio de 2019.

NITAHARA, Akemi. **Trabalho formal tem queda d 1.7% no Brasil**. Revista Online Agencia Brasil. Rio de Janeiro. 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/trabalho-formal-tem-queda-de-17-no-brasil>>. Acesso em: maio de 2019.

O PAÍS DO PLENO EMPREGO. **Revista eletrônica IstoÉ Dinheiro**. Edição nº 1131. 05 de Janeiro de 2011. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20110105/pais-pleno-emprego/3872.shtml>> Acesso em: junho de 2019.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**: Investimentos em Educação e Pesquisa. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília. Ministério da Ciência e Tecnologia. 2000, p. 21. Disponível em: <<https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>>. Acesso em maio de 2019.

TRABALHO FORMAL CRESCE 53,6% NO PAÍS ENTRE 2003 E 2010. **Revista eletrônica Época Negócios**. 19 de Julho de 2012. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2012/07/cresce-536-trabalho-formal-no-pais-entre-2003-e-2010.html>> Acesso em: Junho de 2019.